

O USO DE PRANCHAS DIGITAIS NA COMPREENSÃO TEXTUAL DE ALUNOS COM TEA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marcelo Ribeiro da Silva

Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, Ceará, Brasil.
marceloproficial@gmail.com

Luane Diniz dos Santos

SME do Crato e Missão Velha - Ceará
luanedinizdossantos@gmail.com

Ranielton Dantas de Araújo

Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, Ceará
dantas.ranielton@gmail.com

RESUMO

Uma educação verdadeiramente inclusiva vai além da proteção constitucional que garante o acesso à educação, pois, só isso não é suficiente. É preciso condições de permanência, desenvolvimento e participação ativa desses estudantes. As atuais políticas públicas direcionadas à pessoa com autismo não basta em si mesmas, pois, os profissionais que atuam no acompanhamento diário, necessitam de capacitação para que possam utilizar de forma adequada os recursos e tornar possível as adaptações curriculares. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição do uso de pranchas digitais como recurso de Tecnologia Assistiva no desenvolvimento da compreensão leitora de alunos com TEA. Utilizando o método dedutivo, o estudo adota uma abordagem bibliográfica voltada a uma análise crítica em face da ineficiência de políticas públicas efetivas para a inclusão de pessoas com autismo. No que tange ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA, há defasagem no desempenho da leitura e a consequente interpretação que advém da mesma. Essa questão parece estar diretamente associada aos saberes docentes que por sua vez, implicam em um planejamento sem intencionalidade, ou seja, professores pouco instrumentalizados para direcionar estratégias específicas que de fato colaborem significativamente para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com TEA. O uso de pranchas digitais como suporte à compreensão leitora desses alunos surge como um recurso positivo voltado para apoiar professores na adaptação de conteúdo. Assim, a Tecnologia Assistiva colabora com esse processo como instrumento de fortalecimento a superação das barreiras à inclusão educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Tecnologia Assistiva. Compreensão leitora. Formação docente.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e essencial para a cidadania, e no Brasil a inclusão educacional se estabelece como princípio das políticas públicas, assegurando a todos os indivíduos, independentemente de suas especificidades, acesso a uma educação de qualidade em condições igualitárias, valorizando suas singularidades (BRASIL, 1988; 1996).

A efetivação desse direito está amparada por importantes marcos legais, entre os quais se destacam: a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que determina a oferta da educação especial, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 58); o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), que reforça a ampliação do atendimento educacional especializado (AEE) e a formação docente para práticas pedagógicas inclusivas; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que propõe a reestruturação das escolas para garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes.

A compreensão leitora é central para alunos com TEA, mas frequentemente comprometida por suas especificidades cognitivas, linguísticas, emocionais e sociais (Bosa, 2002). Dificuldades na interpretação, barreiras emocionais e sociais evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas planejadas e sensíveis, embora o despreparo docente e a falta de recursos ainda limitem a inclusão escolar.

A revisão de literatura, realizada em bases como Google Acadêmico, BDTD, Capes e SciELO, evidencia o crescente reconhecimento do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) como estratégia para inclusão de alunos com TEA. Estudos apontam que o DUA, aliado à formação continuada, favorece práticas pedagógicas mais acessíveis e eficazes (Silva, 2024; Dalanesi, 2025; Américo, 2024). Contudo, fragilidades na formação inicial docente indicam a necessidade de programas formativos alinhados ao cotidiano escolar e às demandas da educação inclusiva (Silva, 2024; Dalanesi, 2025).

No campo da linguagem, os autores destacam a relevância de estratégias adaptativas no ensino da leitura e da escrita para estudantes com TEA (Omena; 2021; Costa, 2024; Assis, 2024; Alves, 2022; Mendes, 2023). Entre os recursos mais recorrentes, ressaltam-se o ensino estruturado, o uso de pistas visuais, a implementação de tecnologias assistivas e a elaboração de Planos de Ensino Individualizado (PEI). Apesar dos avanços, nota-se que ainda há uma

escassez de pesquisas direcionadas especificamente aos anos iniciais do ensino fundamental, sobretudo no que tange ao desenvolvimento da compreensão leitora de alunos com TEA, o que evidencia a necessidade de investigações mais aprofundadas nesse campo.

Diante desse contexto, as pranchas digitais e físicas se apresentam como recursos pedagógicos e tecnológicos de caráter inclusivo, capazes de potencializar a mediação da aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por meio da integração de imagens, símbolos e palavras, esses instrumentos favorecem o processamento da linguagem, promovem aprendizagens mais significativas e contribuem para a superação de barreiras relacionadas à compreensão textual. A partir dessa perspectiva, apresenta-se o seguinte questionamento: *De que forma o uso de pranchas digitais pode favorecer práticas pedagógicas inclusivas voltadas à interpretação textual de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental I?*

Este estudo possui caráter bibliográfico, apoiando-se em uma base teórica robusta composta por livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados ao Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), à compreensão leitora, à formação docente, à inclusão escolar e às práticas pedagógicas voltadas para alunos com TEA. Como destaca Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é fundamental para sustentar criticamente as análises e orientar as intervenções pedagógicas propostas.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA na interpretação de textos no Ensino fundamental I; identificar as concepções e as práticas dos professores em relação ao ensino de interpretação textual para alunos com TEA e propor o uso das pranchas digitais e físicas, mediados pela prática docente, no processo de compreensão e interpretação textual de alunos com TEA.

Portanto, o estudo apresenta relevância ao articular dimensões sociais, educacionais e profissionais, produzindo conhecimentos que podem subsidiar políticas públicas, aprimorar o trabalho docente e, sobretudo, garantir que estudantes com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade, em condições de igualdade e com pleno reconhecimento de suas singularidades.

DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva, amparada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reafirma o direito à participação plena dos estudantes em todos os níveis de ensino. Documentos internacionais,

como a Declaração de Salamanca (1994), reforçam esse compromisso, defendendo que o acesso e a permanência escolar devem estar acompanhados de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade de cada sujeito. Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 25) afirma que “a escola inclusiva é aquela que reconhece as diferenças, valoriza-as e responde a elas, flexibilizando-se continuamente”. A escola, portanto, configura-se como espaço de desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, exigindo de seus profissionais posturas éticas e metodológicas compatíveis com a diversidade.

Em se tratando dos profissionais da educação, Nóvoa (2009) destaca que não há educação de qualidade sem a valorização da formação do professor. Tardif (2014) destaca que o saber docente é resultado da articulação entre conhecimento acadêmico e prática pedagógica, enquanto Imbernón (2010) ressalta que a formação continuada deve partir das situações reais enfrentadas pelos educadores. Nesse contexto, a formação de professores constitui parte indispensável para a consolidação de práticas pedagógicas em contextos diversos, como pontua Carvalho (2005), sobretudo em se tratando do ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nessa conjuntura, oficinas de formação inclusivas tornam-se espaços importantes para que o professor experiencie metodologias e recursos inovadores, alinhando teoria e prática.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento definida por desafios persistentes na comunicação e na interação social, bem como pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014). De acordo com Compiani (2021), tais manifestações surgem geralmente nos primeiros anos de vida, especialmente até os três anos de idade. Embora persistam ao longo da trajetória do indivíduo, sua intensidade pode variar conforme a fase do desenvolvimento, sendo possível observar avanços significativos quando há acompanhamento especializado e intervenções terapêuticas adequadas. Como se trata de uma condição cuja origem ainda não é completamente conhecida, diferentes pesquisadores têm se dedicado à formulação de modelos cognitivos que possibilitem compreender seus sintomas a partir dos chamados déficits cognitivos subjacentes (Borges e Schmidt, 2021).

No contexto escolar, esse entendimento é importante pois os déficits associados ao TEA impactam diretamente a forma como a criança aprende, processa informações e interage socialmente (Faustino, 2022). Segundo Borges e Schmidt (2021), o conhecimento teórico sobre os modelos cognitivos contribui para que professores e demais profissionais da educação possam planejar estratégias pedagógicas mais adequadas, favorecendo o desenvolvimento escolar dos estudantes autistas.

A leitura, compreendida como prática social, envolve a construção de sentido e não apenas a decodificação. Para Freire (2003), a leitura da palavra é sempre precedida pela leitura do mundo, o que reforça o papel da experiência na interpretação. Vygotsky (1991) contribui com a noção de que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da mediação social, sendo o professor o agente que possibilita que o estudante avance da zona de desenvolvimento proximal à autonomia. Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista, a compreensão leitora demanda uma abordagem pedagógica ampliada, que transcenda aspectos linguísticos do texto e leve em conta as especificidades cognitivas, sensoriais e socioemocionais desses aprendizes.

Os desafios na compreensão leitora de alunos com TEA envolvem dificuldades de decodificação, interpretação e aspectos emocionais e sociais. Identificar essas barreiras e aplicar intervenções pedagógicas específicas são essenciais para promover a inclusão e o sucesso acadêmico. Ao criar um ambiente de aprendizagem adaptado às necessidades dos alunos, é possível garantir que todos tenham a chance de se tornarem leitores profícuos, independentemente de suas dificuldades (Costa, 2025).

De acordo com Oliveira et al. (2016), a compreensão leitora constitui uma das competências mais significativas no contexto escolar, pois implica a elaboração, pela criança, de um modelo mental do texto, integrando diferentes processos, como a ativação de conhecimentos prévios e a interpretação das palavras que o compõem.

Destarte, é imprescindível reconhecer que, para além da decodificação, a leitura para o aluno com TEA requer a organização do ambiente, a clareza na apresentação das tarefas e a mediação intencional do professor, de modo a favorecer conexões entre o texto e as experiências do estudante.

A expressão Tecnologia Assistiva foi oficialmente reconhecida no Brasil em 2007, por meio da atuação do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), vinculado à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE, 2009). Desde então, o conceito deixou de se restringir apenas a produtos e equipamentos, sendo compreendido de forma ampliada como uma área do conhecimento que envolve recursos, práticas e estratégias que favorecem a autonomia, o desempenho funcional e a inclusão social das pessoas com deficiência (Bersch, 2017; Brasil, 2009; Smith et al., 2018).

Ao promover condições de acesso e participação, a Tecnologia Assistiva dialoga diretamente com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), uma abordagem educacional que busca eliminar barreiras e ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem para todos os estudantes, possibilitando múltiplas formas de engajamento e expressão (Zerbato e Mendes, 2021; Heredero, 2020). Nessa perspectiva, o DUA possibilita

que alunos com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), participem efetivamente do currículo, respeitando suas especificidades no processo de aprendizagem (Borges e Schmidt, 2021).

As pranchas digitais de apoio à leitura e interpretação textual exemplificam essa integração, uma vez que organizam imagens, palavras e símbolos de maneira interativa, ajustando-se às necessidades dos alunos com TEA e às práticas pedagógicas dos professores. Ao serem incorporadas em formações docentes, essas ferramentas também funcionam como oportunidades de reflexão e ressignificação da prática educativa.

Assim, percebe-se que a inclusão de alunos com TEA nos anos iniciais exige mais do que a garantia legal de acesso: requer professores preparados, estratégias pedagógicas eficazes e a utilização criativa de recursos acessíveis.

... todas as crianças podem aprender e desenvolver-se apesar de cada qual ser diferente e não obstante suas necessidades e limitações se encontram as vias adequadas para estimular, conduzir e promover esse desenvolvimento (MACHÍN, 2000, p.19).

CONCLUSÃO

É necessária uma contínua revisão e reconstrução desse processo complexo que é a educação. E quando tratamos sobre a educação (o ensino) de pessoas com necessidades específicas que requer preparo e qualificação constante, corre pra nós uma responsabilidade maior, um olhar sensível. O ser humano passa a ser visto além de tudo aquilo que ele foi classificado historicamente, cheio de rótulos e estigmas, excluídos por não serem o padrão normativo social vigente em cada época.

Pensando a leitura como uma habilidade educacional fundamental, entendida como um processo que integra dimensões funcionais, sociais e acadêmicas, uma análise bibliográfica, com foco em crianças neurotípicas e, especialmente, em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciou que a compreensão leitora pode apresentar tanto facilidades quanto dificuldades, a depender das particularidades individuais de cada sujeito.

A leitura, entendida como possibilidade de perceber o mundo em uma perspectiva ampliada, mostra-se essencial para a construção de novas aprendizagens. No entanto, o cenário contemporâneo evidencia um aumento nas dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura, mesmo diante de programas de capacitação e ações implementadas pelo Governo Federal, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Tal problemática se intensifica

no caso de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, que frequentemente apresentam dificuldades na consolidação de habilidades fonológicas, semânticas e de comunicação social.

Esse contexto evidencia que, embora necessárias, as políticas públicas ainda se mostram insuficientes para garantir, de forma efetiva, o desenvolvimento da compreensão leitora desses estudantes. Nos últimos anos, a pesquisa científica tem avançado ao apontar caminhos para o aprimoramento dessa competência em crianças com TEA. A presente revisão reforça, sobretudo, os desafios presentes no campo da linguagem e da comunicação, os quais interferem significativamente na capacidade de atenção, concentração e construção de sentidos por parte desses estudantes.

Nessa perspectiva, pensando no educando com TEA, a revisão integra o estudo sobre o uso de pranchas digitais como ferramenta de intervenção de leitura capaz de minimizar os problemas evidenciados nessa população. E com isso, estimular, desenvolver e ampliar a compreensão leitora em crianças com autismo em contexto educacional.

As pranchas digitais constituem um recurso pedagógico capaz de favorecer a motivação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que apresentam dificuldades na compreensão leitora, especialmente por meio da ampliação do suporte visual e do acesso ao léxico mental. Nessa perspectiva, pensar em formas diferenciadas de aprendizagem implica considerar a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas que dificultam o acesso desses estudantes a uma aprendizagem efetiva, possibilitando que o processo de ensino ocorra de maneira mais acessível e significativa.

Além disso, trata-se de um recurso de fácil acesso, uma vez que pode ser disponibilizado em formato APK, permitindo seu uso em diferentes contextos. Embora possa beneficiar qualquer estudante com dificuldades de leitura e compreensão, sua aplicação mostra-se especialmente relevante no contexto do TEA, considerando as recorrentes alterações na linguagem. Assim, as pranchas digitais atuam como instrumentos de mediação que estimulam a compreensão e favorecem a efetivação do ensino dos conteúdos em diversas áreas do conhecimento.

Utilizar recursos diversos oportuniza acessibilidade no desenvolvimento das aulas assim como no planejamento das mesmas tendo em vista abranger os princípios do Desenho Universal para a aprendizagem (DUA). Nesse caso específico, as pranchas é um recurso inovador tecnológico, acessível a todos. Reafirmamos a partir do pensamento de Nunes e Madureira que o DUA é uma abordagem curricular que busca intervir junto ao docente repensando suas práticas e as reais necessidades dos alunos no intuito de remoção das barreiras que impedem seu crescimento e consequentemente a flexibilização do processo de ensino.

Para tanto, vê-se a necessidade de formação docente embasada em demandas reais do cotidiano que priorizem a diversificação de estratégias, especificamente no atendimento aos educandos com TEA, uma vez que demandam atenção maior e ressignificação de práticas que possam favorecer uma aprendizagem positiva. Ainda vivemos imersos num cenário de precarização da formação docente atravessada por diversos impasses. Os momentos são atravessados pelo mero repasse de informações e debates sobre a estrutura e organização escolar. As práticas pedagógicas inclusivas e as reais demandas que emergem do chão da escola são deixadas de lado.

Em contexto de ensino comum, as condições ao favorecimento do uso da linguagem, do desenvolvimento e da aprendizagem, ainda são insuficientes, precárias. No final das contas, todos somos cobrados e responsáveis pela transformação social, pela cobrança de um ensino mais inclusivo e acessível, capaz de gerar no educando autonomia/protagonismo. E, nesse caso específico, que haja adaptações curriculares favoráveis que levem em consideração as particularidades da criança com TEA em razão de suas dificuldades quanto a compreensão leitora.

A trajetória da educação especial na perspectiva inclusiva exige a superação de um modelo historicamente segregador, em direção a práticas verdadeiramente acolhedoras e inclusivas. No entanto, observa-se a presença de contradições entre o que preveem os marcos legais que asseguram condições favoráveis ao ensino de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a realidade educacional, marcada pela ausência de apoio efetivo, especialmente no que se refere à oferta de estruturas adequadas e de recursos pedagógicos capazes de promover, de fato, a inclusão.

Desejamos por fim, uma sociedade que permita todos terem seus direitos validos, onde todos encontrem sem exclusão por razão alguma, expressar suas habilidades sociais e comunicativas.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Camila Della Passe. Desenho Universal para a Aprendizagem: artefatos pedagógicos desenvolvidos para e com alunos de uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2024.

ALVES, Janaína Gonçalves de Souza. Transtorno do Espectro Autista: contribuições do ensino estruturado para interpretação de texto no Ensino Fundamental II. **Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica)** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauri, 2022.

ASSIS, C. L. A competência leitora em estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA. 2024. f. **Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica)** – UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2024.

BORGES, A. A. P.; SCHMIDT, C. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo em sala de aula. **Revista Teias**, 22 (66), 27-39.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm [15]. Acesso em: 15 set. 2025.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Situação da Infância e da Adolescência Brasileira: o direito de aprender. Brasília: MEC, 2009.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introdução_Tecnologia_Assistiva.pdf.

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COSTA, Aline Alves Pereira. A compreensão leitora em alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir de abordagens pedagógicas adaptativas. **(TCC - Graduação em Letras Português)** – UFPI/CCHL, Teresina-PI, 2024.

COSTA, A. A. P. A compreensão leitora em alunos com transtorno do espectro autista a partir de abordagens pedagógicas adaptativas. **Revista Científica Acertte**, 5(2), e52214, 2025.

DALANESI, Viviane Teles Vidal. Formação continuada em serviço nos anos iniciais: estratégias colaborativas e práticas educacionais inclusivas baseadas no DUA para estudantes com TEA. 2025. Tese **(Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem)** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2025.

FREIRE. P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FAUSTINO, G.F. Perfil funcional e repertório ocupacional de crianças típicas e crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista. **(Dissertação de mestrado)**. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2022.

HEREDERO, Eladio Sebastián. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo. v. 26, n. 4, p.10-30, out. /nov., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MACHÍN, R. L. **De la pedagogia de los defectos a la pedagogia de las potencialidades: nuevos conceptos em educación especial**. [S.l.: s.n.], 2000. (Mimeorg)

MENDES, Priscilla Rayanne Alves da Costa. Estratégias de leitura para crianças autistas com dificuldade de aprendizagem no ensino fundamental em escolas públicas: um estudo no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, A. A. Angeli; ROSA, M. T. Compreensão em leitura no ensino fundamental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, p. 546-557, 2016.

OMENA, Leise Cecília de. *A Inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: possibilidades e práticas para aprendizagem da linguagem oral e escrita*. **Dissertação (Mestrado Profissional em Letras)** – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e233730, 2021.

